

ÍNDICE

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
TÍTULO II DOS TRIBUTOS	5
CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL.....	5
CAPÍTULO II IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.....	5
Seção I Incidência	5
Seção II Sujeito Passivo.....	6
Seção III Cálculo do imposto.....	6
Seção IV Lançamento.....	7
Seção V Arrecadação	9
Seção VI Infrações e Penalidades	9
Seção VII Isenções.....	9
CAPÍTULO II IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS	9
CAPÍTULO III IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	10
Seção I Incidência	10
Seção II Sujeito passivo.....	19
Seção III Cálculo do imposto.....	20
Seção IV Lançamento.....	21
Seção V Arrecadação	23
Seção VI Infrações e Penalidades	23
Seção VII Isenções.....	24
Seção VIII Simples Nacional	24
DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	26
CAPÍTULO IV TAXA DE COLETA DE LIXO.....	26
Seção I Incidência	26
Seção II Sujeito Passivo.....	27
Seção III Cálculo da Taxa.....	27
Seção IV Lançamento.....	27
Seção V Arrecadação	27
CAPÍTULO V TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA.....	27
CAPÍTULO VI TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO.....	28
CAPÍTULO VII TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	28
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	28

CAPÍTULO VIII TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	28
Seção I Incidência	28
Seção II Sujeito Passivo.....	28
Seção III Cálculo Da Taxa	29
SEÇÃO IV Lançamento	30
SEÇÃO V Arrecadação.....	31
CAPÍTULO IX TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL.....	31
CAPÍTULO X TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE	31
CAPÍTULO XI TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.....	31
SEÇÃO I Incidência	31
SEÇÃO II Sujeito Passivo	31
SEÇÃO III Cálculo da Taxa	32
SEÇÃO IV Lançamento	32
SEÇÃO V Arrecadação.....	32
CAPÍTULO XII TAXA DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS.....	32
CAPÍTULO XIII TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.....	33
CAPÍTULO XIV INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA	34
CAPÍTULO XV DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	34
TÍTULO II DAS NORMAS GERAIS	34
CAPÍTULO I SUJEITO PASSIVO.....	34
CAPÍTULO II LANÇAMENTO	35
CAPÍTULO III DA ARRECADAÇÃO	36
CAPÍTULO IV RESTITUIÇÃO	38
CAPÍTULO V INFRAÇÕES E PENALIDADES	39
CAPÍTULO VI IMUNIDADE E ISENÇÕES	39
CAPÍTULO VII REMISSÃO.....	40
TITULO III DO PROCEDIMENTO FISCAL.....	40
CAPÍTULO I PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.....	40
CAPÍTULO II SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.....	42
CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS.....	43
TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	43
CAPÍTULO I FISCALIZAÇÃO.....	43
CAPÍTULO II CONSULTA	44

CAPÍTULO III DÍVIDA ATIVA.....	45
CAPÍTULO IV CERTIDÃO NEGATIVA	46
DISPOSIÇÕES FINAIS	46



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS
Estado do Rio Grande do Norte

LEI Nº 609 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1979.

*Institui o Código Tributário do
Município de Parelhas RN.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS/RN. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O Sistema Tributário do Município é regido pela Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966 de 25/10/66), Leis Complementares e por este Código, que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

Art. 2.º O presente Código é constituído de quatro Títulos com a matéria assim distribuída:

I - Título I, que regula os diversos tributos, dispondo sobre:

- a) Incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais;
- b) Sujeição passiva tributária, pela definição do contribuinte e do responsável;
- c) Sistemática de cálculo, pela definição da base de cálculo e da alíquota do tributo;
- d) Instituição do crédito tributário, contendo disposições sobre forma de inscrição e lançamento;
- e) Arrecadação tributária, contendo disposições sobre forma e prazos de pagamento;
- f) Ilícito tributário, pela definição das infrações e das respectivas penalidades;
- g) Dispensa de pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais.

II - Título II, que dispõe quanto às normas gerais aplicáveis aos tributos, abrangendo regras sobre:

- a) sujeito passivo tributário;
- b) lançamento;
- c) arrecadação;
- d) restituição;
- e) infrações e penalidades;
- f) imunidades e isenções.

III - Título III, que determina o procedimento fiscal e as normas de sua aplicação;

IV - Título IV, que dispõe sobre a Administração Tributária;

TÍTULO II DOS TRIBUTOS CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 3.º Ficam instituídos os seguintes tributos:

I - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

III - Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, inciso II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

IV - Taxa de licença para localização, funcionamento e exercício de atividade; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

V - Taxa de licença para construção e loteamento; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

VI - Taxa de registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais; (incluído pela Lei Complementar n.º 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

VII - Taxa de coleta de lixo; (incluído pela Lei Complementar n.º 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

VIII – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. (incluído pela Lei Complementar n.º 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

CAPÍTULO II IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO Seção I Incidência

Art. 4.º O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Art. 5.º O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§1.º Considera-se terreno o bem imóvel:

- a) sem edificação;
- b) em que houver construção paralisada ou em andamento;
- c) em que houver edificação interdita, condenada, em ruína ou em demolição.
- d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§2.º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 6.º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo de existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - abastecimento de água; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

III - sistema de esgotos sanitários; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Parágrafo Único. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do caput. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Art. 7.º A lei municipal fixará a delimitação da zona urbana.

Art. 8.º A incidência do imposto independe:

I - Da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II - Do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III - Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

Seção II Sujeito Passivo

Art. 9.º Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do bem imóvel.

Parágrafo Único. São também contribuintes o promitente comprador imitado na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à união, Estados ou Municípios ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

Seção III Cálculo do imposto

Art. 10. O Imposto, devido anualmente, será calculado sobre o valor venal do bem imóvel.

Art. 11. O valor venal do bem imóvel será determinado:

I - Tratando-se de prédio, pelo valor das construções, obtido através da multiplicação da área construída pelo valor unitário de metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão da construção, aplicados os fatores de correção, somado ao valor do terreno, ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso seguinte;

II - Tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicados os fatores de correção.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá instituir fatores de correção, relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente, na apuração do valor venal.

Art. 12. Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculo do Imposto:

- a) Planta de valores de terrenos, estabelecida pelo Poder Executivo, que indique o valor do metro quadrado dos terrenos em função de sua localização;
- b) As informações de Órgãos Técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;
- c) Fatores de correção de acordo com a situação, pedologia e topografia dos terrenos e fatores de correção de acordo com a categoria e estado de conservação dos prédios.

Art. 13. Sem prejuízo da edição da planta de valores, o Poder Executivo atualizará anualmente os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção:

I - Mediante a adoção de índices oficiais de correção monetária;

II - Levando em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidos pela área onde se localiza o bem imóvel, ou os preços correntes do mercado.

Art. 14. O imposto será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor venal: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - Imóvel construído: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) de valor venal até R\$15.000,00 (quinze mil reais) 0,5% (cinco décimos por cento); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) de valor venal acima de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$30.000,00 (trinta mil reais) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) de valor venal acima de R\$30.000,00 (trinta mil reais) 1,0% (hum por cento); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - Imóvel não construído: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) de valor venal até R\$5.000,00 (cinco mil reais) 1,0% (hum por cento); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) de valor venal acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$10.000,00 (dez mil reais) 1,25% (hum inteiro e vinte e cinco centésimos por cento); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) de valor venal acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) 1,5% (hum inteiro e cinco décimos por cento). (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Seção IV Lançamento

Art. 15. Os imóveis situados na zona urbana do Município serão cadastrados pela Administração.

Art. 16. A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 17. Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 18. O cadastro imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§1.º O contribuinte promoverá a inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo anterior, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

§2.º A inscrição será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão oficial do Município.

§3.º A alteração será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de :

I - Conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;

II - Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

§4.º A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 19. Serão objeto de uma única inscrição:

I - A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização, desde que não haja loteamento aprovado pela Prefeitura;

II - A quadra indivisa de áreas arruadas.

Art. 20. A retificação de inscrição, ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação de erro em que se fundamente.

Art. 21. O lançamento do Imposto será:

I - Anual, ocorrendo o fato gerador no primeiro dias de cada exercício;

II - Distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

Art. 22. O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária da ocorrência do fato gerador.

§1.º Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do Imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador.

§2.º O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§3.º Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

a) Quando "pro indiviso", em nome de um ou de qualquer dos co-proprietários;

b) Quando "pro diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 23. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

Seção V Arrecadação

Art. 24. O imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Seção VI Infrações e Penalidades

Art. 25. As infrações serão punidas com a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto, nas hipóteses de:

- a) Falta de inscrição do imóvel ou de alteração de seus dados cadastrais;
- b) Erro, omissão ou falsidade nos dados de inscrição do imóvel ou nos dados da alteração.

Seção VII Isenções

Art. 26. São isentos do imposto: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - Os imóveis construídos de até 50m² (cinquenta metros quadrados), encravados em terrenos de área total de até 100m² (cem metros quadrados) que sirvam para residência para o seu proprietário, detentor do domínio útil ou posseiro que não possua outro imóvel no Município; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - Os imóveis não construídos com área total de até 100m² (cem metros quadrados) destinados à construção de residência do seu proprietário, detentor do domínio útil ou posseiro, com área total de até 50m² (cinquenta metros quadrados). (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Art. 26-A. Os imóveis construídos ou não construídos cujo proprietário, detentor do domínio útil ou posseiro tenha renda anual comprovada de até 12 (doze) salários mínimos, não possua outro imóvel no Município e o utilize para sua própria residência ou para construção desta, terão o valor do imposto devido reduzido em até 50% (cinquenta por cento). (Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Parágrafo único. O benefício de redução de que trata o caput dependerá de requerimento do interessado fazendo prova de sua renda e de análise da administração. (Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

CAPÍTULO II IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS

Art. 26-B. O imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, obedece às seguintes disposições (Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002):

I - não incide sobre

a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital,

a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

(Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - tem como fato gerador a transmissão, submetida ao registro de imóveis ou não; (Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

III tem como base de cálculo o valor real da operação, respeitado como mínimo o valor venal para efeito do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, se se tratar de imóvel urbano; (Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

IV é cobrado à alíquota de 2% (dois por cento). (Incluído pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

CAPÍTULO III IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Seção I Incidência

Art. 27. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços constantes da lista seguinte, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador: (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de dezembro de 2003):,

1. Serviços de informática e congêneres.

- 1.1. Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.2. Programação.
- 1.3. Processamento de dados e congêneres.
- 1.4. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.5. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.6. Assessoria e consultoria em informática.
- 1.7. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.8. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

- 2.1. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

- 3.1. (VETADO)
- 3.2. Cessão de direito de uso de marcas e sinais de propaganda.
- 3.3. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.4. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- 3.5. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

- 4.1. Medicina e biomedicina.
- 4.2. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.3. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.4. Instrumentação cirúrgica.
- 4.5. Acupuntura.
- 4.6. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.7. Serviços farmacêuticos.
- 4.8. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.9. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

- 4.10. Nutrição.
- 4.11. Obstetícia.
- 4.12. Odontologia.
- 4.13. Ortóptica.
- 4.14. Próteses sob encomenda.
- 4.15. Psicanálise.
- 4.16. Psicologia.
- 4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**
 - 5.1. Medicina veterinária e zootecnia.
 - 5.2. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
 - 5.3. Laboratórios de análise na área veterinária.
 - 5.4. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
 - 5.5. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
 - 5.6. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 - 5.7. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 - 5.8. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
 - 5.9. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
- 6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**
 - 6.1. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
 - 6.2. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
 - 6.3. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
 - 6.4. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
 - 6.5. Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- 7. Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**
 - 7.1. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
 - 7.2. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplenagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.3. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
 - 7.4. Demolição.
 - 7.5. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.6. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

- 7.7. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
- 7.8. Calafetação.
- 7.9. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- 7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
- 7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
- 7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- 7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
- 7.14. (VETADO)
- 7.15. (VETADO)
- 7.16. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
- 7.17. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
- 7.18. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.19. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- 7.20. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
- 7.21. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
- 7.22. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
- 8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**
 - 8.1. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
 - 8.2. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
- 9. Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**
 - 9.1. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
 - 9.2. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
 - 9.3. Guias de turismo.
- 10. Serviços de intermediação e congêneres.**
 - 10.1. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
 - 10.2. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
 - 10.3. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
 - 10.4. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturação (factoring).
 - 10.5. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
 - 10.6. Agenciamento marítimo.
 - 10.7. Agenciamento de notícias.

- 10.8. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
- 10.9. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
- 10.10. Distribuição de bens de terceiros.
- 11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**
 - 11.1. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
 - 11.2. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
 - 11.3. Escolta, inclusive de veículos e cargas.
 - 11.4. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
- 12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**
 - 12.1. Espetáculos teatrais.
 - 12.2. Exibições cinematográficas.
 - 12.3. Espetáculos circenses.
 - 12.4. Programas de auditório.
 - 12.5. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
 - 12.6. Boates, taxi-dancing e congêneres.
 - 12.7. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
 - 12.8. Feiras, exposições, congressos e congêneres.
 - 12.9. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
 - 12.10. Corridas e competições de animais.
 - 12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
 - 12.12. Execução de música.
 - 12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
 - 12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
 - 12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
 - 12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
 - 12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**
 - 13.1. (VETADO)
 - 13.2. Fonografia ou gravação de sons, inclusive truncagem, dublagem, mixagem e congêneres.
 - 13.3. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truncagem e congêneres.
 - 13.4. Reprografia, microfilmagem e digitalização.
 - 13.5. Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.
- 14. Serviços relativos a bens de terceiros.**
 - 14.1. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
 - 14.2. Assistência técnica.
 - 14.3. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
 - 14.4. Recauchutagem ou regeneração de pneus.
 - 14.5. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

- 14.6. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
 - 14.7. Colocação de molduras e congêneres.
 - 14.8. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
 - 14.9. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
 - 14.10. Tinturaria e lavanderia.
 - 14.11. Tapeçaria e reforma de estofamento em geral.
 - 14.12. Funilaria e lanternagem.
 - 14.13. Carpintaria e serralheria.
- 15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**
- 15.1. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
 - 15.2. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
 - 15.3. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
 - 15.4. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
 - 15.5. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
 - 15.6. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
 - 15.7. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
 - 15.8. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
 - 15.9. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
 - 15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
 - 15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
 - 15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
 - 15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias

recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

- 15.14.** Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
- 15.15.** Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
- 15.16.** Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
- 15.17.** Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
- 15.18.** Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão de termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16. Serviços de transporte de natureza municipal.

- 16.1.** Serviços de transporte de natureza municipal.

17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

- 17.1.** Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
- 17.2.** Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
- 17.3.** Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
- 17.4.** Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
- 17.5.** Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
- 17.6.** Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
- 17.7.** (VETADO)
- 17.8.** Franquia (franchising).
- 17.9.** Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 17.10.** Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 17.11.** Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
- 17.12.** Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
- 17.13.** Leilão e congêneres.
- 17.14.** Advocacia.
- 17.15.** Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
- 17.16.** Auditoria.
- 17.17.** Análise de Organização e Métodos.
- 17.18.** Atuarial e cálculos técnicos de qualquer natureza.
- 17.19.** Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
- 17.20.** Consultoria e assessoria econômica e financeira.
- 17.21.** Estatística.
- 17.22.** Cobrança em geral.

- 17.23.** Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
- 17.24.** Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
- 18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**
- 18.1.** Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
- 19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**
- 19.1.** Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
- 20. Serviços aeroportuários e de terminais rodoviários.**
- 20.1.** (OMISSIS).
- 20.2.** Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
- 20.3.** Serviços de terminais rodoviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
- 21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**
- 21.1.** Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
- 22. Serviços de exploração de rodovia.**
- 22.1.** Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
- 23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**
- 23.1.** Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
- 24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**
- 24.1.** Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
- 25. Serviços funerários.**
- 25.1.** Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes, aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outras paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
- 25.2.** Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
- 25.3.** Planos ou convênio funerários.
- 25.4.** Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
- 26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.**
- 26.1.** Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
- 27. Serviços de assistência social.**
- 27.1.** Serviços de assistência social.
- 28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**
- 28.1.** Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 29. Serviços de biblioteconomia.**

- 29.1. Serviços de biblioteconomia.
- 30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.**
- 30.1. Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**
- 31.1. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32. Serviços de desenhos técnicos.**
- 32.1. Serviços de desenhos técnicos.
- 33. Serviços de comissários, despachantes e congêneres.**
- 33.1. Serviços de comissários, despachantes e congêneres.
- 34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**
- 34.1. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**
- 35.1. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36. Serviços de meteorologia.**
- 36.1. Serviços de meteorologia.
- 37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**
- 37.1. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38. Serviços de museologia.**
- 38.1. Serviços de museologia.
- 39. Serviços de ourivesaria e lapidação.**
- 39.1. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
- 40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**
- 40.1. Obras de arte sob encomenda.

§ 1.º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§ 2.º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficarão sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§ 3.º O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§ 4.º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Art. 28. O imposto não incide sobre: (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

I - as exportações de serviços para o exterior do País; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Art. 29. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, do art. 27, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1.º do art. 27; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

II - da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.5 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.2 e 7.19 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.4 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.5 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.9 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.1 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.2 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.4 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.1 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.5 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

XX - do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§1.º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.4 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§2.º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.1 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§3.º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.1. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Art. 29-A. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (Incluído pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Seção II Sujeito passivo

Art. 30. Contribuinte é o prestador do serviço. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Art. 31. O Município, mediante lei, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§1.º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte. (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

§2.º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1.º deste artigo, são responsáveis: (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; (Redação dada pela Lei Complementar nº 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.5, 7.2, 7.4, 7.5, 7.9, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.2, 17.5 e 17.10 da lista anexa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 019/2003 de 15 de novembro de 2003).

Art. 32. Será também responsável pela retenção e recolhimento do Imposto, o proprietário do bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, quanto aos serviços previstos nos itens 19 e 20 da lista de serviços, prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova de pagamento do Imposto.

Art. 33. A retenção na fonte será regulamentada por Decreto do Executivo.

Seção III Cálculo do imposto

Art. 34. O imposto será calculado mediante a aplicação da alíquota de 5% (cinco) por cento sobre o preço do serviço quando o prestador for empresa ou a ela equiparado. (Redação dada pela Lei nº 2.140/2009 de 10 de dezembro de 2009.)

Art. 34-A. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 019/2003, de 15 de dezembro de 2003.)

§1.º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 019/2003, de 15 de dezembro de 2003.)

§2.º Não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 019/2003, de 15 de dezembro de 2003.)

Art. 35. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, conforme os seguintes valores anuais: (Redação dada pela Lei Complementar nº 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - Profissional de nível superior R\$120,00 (cento e vinte reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - Profissional de nível médio R\$60,00 (sessenta reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Parágrafo único. Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91 e 92 da lista do artigo 27 forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do caput, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável." (Redação dada pela Lei Complementar nº 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Art. 36. O Imposto retido na fonte será calculado aplicando-se a alíquota fixada na tabela do Anexo I, sobre o preço do serviço, para autônomo ou pessoa jurídica.

Art. 37. Na hipótese de serviços prestados por pessoa jurídica, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere à lista de serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na tabela do Anexo I.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

Art. 38. Na hipótese de serviços prestados por profissionais autônomos, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços, o Imposto será calculado mediante a aplicação da alíquota mais elevada.

Art. 39. Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços, frete, despesa ou imposto.

§1.º Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

- a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;
- b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§2.º Constituem parte integrante do preço:

- a) os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
- b) os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade.

§3.º Não integram o preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

Art. 40. A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 41. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço, fundamentadamente, sempre que:

- a) o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;
- b) o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
- c) ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;
- d) sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- e) o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Seção IV Lançamento

Art. 42. Os prestadores de serviços serão cadastrados pela Administração.

Parágrafo Único. O cadastro econômico social, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 43. O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número do cadastro econômico social, o qual deverá constar de quaisquer documentos, inclusive recibos e notas fiscais.

Art. 44. A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte, em formulário próprio, mencionando os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.

§1.º A inscrição será efetuada antes do início da atividade do contribuinte.

§2.º Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição, esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidade.

§3.º a Inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que sujeito a inscrição única.

§4.º Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

§5.º A inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a Licença de Localização e Funcionamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 45. Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do Imposto.

§1.º O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, de transferência de ramo ou de encerramento da atividade.

§2.º A Administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais.

Art. 46. Sem prejuízo da inscrição e respectivas alterações, o Poder Executivo poderá sujeitar o contribuinte à apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

Art. 47. O imposto é de lançamento por homologação, com ocorrência mensal, cujo recolhimento deve se operar sem prévio exame da autoridade administrativa (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Art. 48. Os contribuintes do Imposto, caracterizados como empresa, ficam obrigados a:

I - Manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - Emitir notas fiscais de serviços ou outro documento admitido pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

Art. 49. O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§1.º Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentares;

§2.º Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§3.º A autoridade administrativa, por despacho fundamentado e tendo em vista a natureza do serviço prestado, poderá obrigar a manutenção de determinados livros especiais ou autorizar a sua dispensa e permitir a emissão e utilização de notas e documentos especiais.

Art. 50. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, o Poder Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

Seção V Arrecadação

Art. 51. Até o dia 10 de cada mês, deve o contribuinte efetuar o recolhimento do imposto calculado na forma do artigo 34, quando o prestador for empresa ou a ela equiparado, sobre o preço dos serviços prestados no mês imediatamente anterior, ou o valor fixado, na hipótese do art. 35. *(Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)*

Art. 52. Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconselhar tratamento fiscal diferente, a autoridade administrativa poderá exigir ou autorizar o recolhimento do Imposto por estimativa.

§1.º O enquadramento do contribuinte no regime da estimativa poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividade, independentemente: a)-de estar o contribuinte obrigado a escrita fiscal ou contábil; b) do tipo de constituição da sociedade.

§2.º O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades.

§3.º A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas do Imposto.

§4.º Na hipótese de o contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação de estimativa, esta será arbitrada, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 53. No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I - com base em informações do contribuinte ou em outros elementos, serão estimados o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais;

II - findo o exercício ou período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a mais;

III - qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público quando a este for devido;

b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Parágrafo Único. Quando, na hipótese do inciso II deste artigo, o preço escriturado não refletir o preço dos serviços, a administração poderá arbitrá-lo, por meios diretos e indiretos.

Art. 54. Sempre que o volume ou a modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Seção VI Infrações e Penalidades

Art. 55. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 0,5% da Base de Cálculo, referida no art. 34, nos casos de:

a) falta de inscrição ou de alteração;

b) inscrição ou sua alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência do ramo de atividade, fora do prazo;

II - multa de importância igual a 1,5% da Base de Cálculo referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de livros fiscais;
- b) falta de escrituração do Imposto devido;
- c) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
- d) falta do número de cadastro de atividade em documentos fiscais;

III - multa de importância igual a 2,5% da Base de Cálculo referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de declaração de dados;
- b) erro, omissão ou falsidade na declaração de dados;

IV - multa de importância igual a 5% da Base de Cálculo referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
- b) falta ou recusa de exibição de livros ou documentos fiscais;
- c) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestados, de livros ou documentos fiscais;
- d) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa;
- e) embaraço ou impedimento à fiscalização;

V - multa de importância igual a 50% sobre a diferença entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto;

VI - multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do Imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;

VII - multa de importância igual a 200% (duzentos por cento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

Seção VII Isenções

Art. 56. Cumpridas as exigências da legislação, são isentos do imposto os serviços: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - prestados por ambulantes ou feirantes que não sejam de distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - prestados em regime de economia familiar, sem auxílio de terceiros; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

III - definidos em Decreto do Poder Executivo e que tenham por finalidade a geração de emprego e renda. (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Seção VIII Simples Nacional

(incluído pela lei complementar n° 032/2008 de 29 de agosto de 2008)

Art. 56-A. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional são tributadas pelo I.S.S. – Imposto Sobre Serviços na forma prevista na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 127, de 14 de agosto de 2007 e Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Art. 56-B. Poderão recolher o I.S.S. – Imposto Sobre Serviços na forma do Simples Nacional as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se dediquem exclusivamente às

atividades seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não sejam objeto de vedação do artigo seguinte:

- I – creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;
- II – agência terceirizada de correios;
- III – agência de viagem e turismo;
- IV – centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
- V – agência lotérica;
- VI – serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;
- VII – serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
- VIII – serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;
- IX – serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;
- X – serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;
- XI – serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;
- XII – veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;
- XIII – construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;
- XIV – transporte municipal de passageiros;
- XV – empresas montadoras de estandes para feiras;
- XVI – escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;
- XVII – produção cultural e artística;
- XVIII – produção cinematográfica e de artes cênicas;
- XIX – cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;
- XX – academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- XXI – academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- XXII – elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvida em estabelecimento do optante;
- XXIII – licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- XXIV – planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- XXV – escritórios de serviços contábeis;
- XXVI – serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

Art. 56-C. Também poderão optar pelo Simples Nacional e através dele recolher o I.S.S. – Imposto Sobre Serviços as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se dediquem à prestação de outros serviços não relacionados no artigo anterior, desde que não sejam objeto das seguintes vedações:

- I – que explorem atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- II – que tenham sócio domiciliado no exterior;
- III – de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- IV – que prestem serviços de comunicação;
- V – que possuam débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- VI – que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão

regulamentada ou não, bem como que prestem serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

VII – que realizem cessão ou locação de mão-de-obra;

VIII – que realizem atividade de consultoria”.

Art. 56-D. O recolhimento pelo Simples Nacional não exclui a incidência do I.S.S. – Imposto Sobre Serviços devido:

I – em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

II – na importação de serviços.

Art. 56-E. Mesmo que o prestador seja Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) o I.S.S. – Imposto Sobre Serviços será retido na fonte pelo tomador, no ato do pagamento, para recolhimento ao Município até o dia 10 do mês imediatamente seguinte, considerando base de cálculo e alíquota previstas, respectivamente, nos arts. 69 e 75 e §§, do Código Tributário do Município.

Art. 56-F. O I.S.S. – Imposto Sobre Serviços retido na fonte será definitivo, devendo ser deduzida pelo contribuinte a parcela do Simples Nacional a ele correspondente, que será apurada tomando-se por base as receitas de prestação de serviços que sofreram tal retenção.

Art. 56-G. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não poderão segregar como receitas sujeitas a retenção aquelas recebidas pela prestação de serviços que sofrerem retenção na fonte do I.S.S. – Imposto Sobre Serviços nas hipóteses em que não forem observadas as disposições do art. 29 deste Código.

Art. 56-H. Os escritórios de serviços contábeis recolherão o I.S.S. – Imposto Sobre Serviços em valor fixo mensal segundo a seguinte escala progressiva:

I – faturamento mensal até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) – R\$ 100,00 (cem reais);

II – faturamento mensal acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – R\$ 200,00 (duzentos reais);

III – faturamento mensal acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – R\$ 300,00 (trezentos reais).

Parágrafo Único. Os valores de faturamento e de imposto de que tratam os incisos I a III serão atualizados anualmente, com base na variação do IPCA – E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial apurado pelo IBGE.

Art. 56-I. Quanto às obrigações fiscais acessórias, à exclusão do Simples Nacional, à fiscalização, à omissão de receitas, aos acréscimos legais e ao processo administrativo fiscal serão observadas as normas do presente Código, ressalvando-se o que a respeito dispõe o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

Art. 56-J. Independentemente de transcrição, as normas editadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, de que trata o inciso I, do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 passam a integrar este Capítulo.

DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CAPÍTULO IV
TAXA DE COLETA DE LIXO
Seção I
Incidência

Art. 57. A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a coleta e remoção de lixo de imóvel edificado.

Parágrafo Único. As remoções especiais de lixo serão feitas mediante o pagamento de preço público e regulamentadas por Decreto do Executivo.

Seção II Sujeito Passivo

Art. 58. Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

Seção III Cálculo da Taxa

Art. 59. A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculada, em função da utilização ou uso do imóvel, nos seguintes valores: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - residencial: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) de imóveis compreendidos no art. 14, I, a R\$6,00 (seis reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) de imóveis compreendidos no art. 14, I, b R\$12,00 (doze reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) de imóveis compreendidos no art. 14, I, c R\$18,00 (dezoito reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - comercial ou de serviço R\$18,00 (dezoito reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

III - industrial R\$36,00 (trinta e seis reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

IV especial R\$5,00 (cinco reais)/m³ (metro cúbico). (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Seção IV Lançamento

Art. 60. A Taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Seção V Arrecadação

Art. 61. A Taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO V TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

Art. 62. (Revogados pela Lei Complementar N° 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 63. (Revogados pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 64. (Revogados pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 65. (Revogados pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 66. (Revogados pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

CAPÍTULO VI TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO

Art. 67. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 68. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 69. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 70. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 71. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

CAPÍTULO VII TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 72. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 73. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 74. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 75. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 76. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA CAPÍTULO VIII TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Seção I Incidência

Art. 77. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuário e de demais atividades poderá localizar-se no Município sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernente à segurança, à higiene, saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividade dependentes de concessão ou permissão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

Parágrafo Único. Pela prestação dos serviços de que trata o “caput” deste artigo cobrar-se-á a Taxa independentemente da concessão da licença.

Art. 78. A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

Parágrafo Único. Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Seção II Sujeito Passivo

Art. 79. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito à fiscalização.

Seção III Cálculo Da Taxa

Art. 80. A taxa será calculada, em função da natureza; do volume de produção ou de movimento anual estimado; da área ocupada; ou da duração da atividade, nos seguintes valores:

I - Estabelecimento industrial: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) de produção anual estimada até R\$100.000,00 (cem mil reais) R\$100,00 (cem reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) de produção anual estimada acima de R\$100.000,00 (cem mil reais) e até R\$300.000,00 (trezentos mil reais) R\$150,00 (cento e cinquenta reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) de produção anual estimada acima de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e até R\$500.000,00 (quinhentos mil de reais) R\$200,00 (duzentos reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

d) de produção anual estimada acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) R\$300,00 (trezentos reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

e) de produção anual estimada acima de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) e até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) R\$1.000,00 (hum mil reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

f) de produção anual estimada acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - Estabelecimento comercial, de serviços (exceto autorizados pelo Banco Central do Brasil), escritório, consultório e atividades de caráter pessoal: (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de dezembro de 2003):

a) de movimento anual estimado até R\$6.000,00 (seis mil reais) R\$15,00 (quinze reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) de movimento anual estimado acima de R\$6.000,00 (seis mil reais) e até R\$12.000,00 (doze mil reais) R\$25,00 (vinte e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) de movimento anual estimado acima de R\$12.000,00 (doze mil reais) e até R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) 35,00 (trinta e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

d) de movimento anual estimado acima de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e até R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais)/ano R\$45,00 (quarenta e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

e) de movimento anual estimado acima de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e até R\$96.000,00 (noventa e seis mil reais) R\$75,00 (setenta e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

f) de movimento anual estimado acima de R\$96.000,00 (noventa e seis mil reais) e até R\$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) R\$105,00 (cento e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

g) de movimento anual estimado acima de R\$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) e até R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) - R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de dezembro de 2003)

h) de movimento anual estimado acima de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) R\$ 1.000,00 (hum mil reais)/ano. (Incluído pela Lei Complementar n° 019/2003 de 15 de dezembro de 2003)

III - Estabelecimento autorizado pelo Banco Central do Brasil: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) agência bancária R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) posto de serviço ou correspondente bancário R\$1.000,00 (hum mil reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) caixa eletrônico ou equivalente R\$500,00 (quinhentos reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

IV - Estabelecimento de depósito, garagem ou assemelhados, de uso comercial: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) de área ocupada até 50m² - R\$35,00 (trinta e cinco reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) de área ocupada acima de 50m² e até 100m² - R\$100,00 (cem reais)/ano; e (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) de área ocupada acima de 100m² - R\$150,00 (cento e cinquenta reais)/ano; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

V - Atividade sem estabelecimento fixo, inclusive circos, parques de diversões e assemelhados: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a) até 15 (quinze) dias: 1 conjunto de até 5 (cinco) modalidades R\$100,00 (cem reais); 2 conjunto de mais de 5 (cinco) modalidades R\$200,00 (duzentos reais); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) acima de 15 (quinze) e até 30 (trinta) dias: 1 conjunto de até 5 (cinco) modalidades R\$200,00 (duzentos reais); 2 conjunto de mais de 5 (cinco) modalidades R\$400,00 (quatrocentos reais); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) acima de 30 (trinta) dias: R\$10,00 (dez) reais por cada dia que exceder os 30 (trinta) dias, para todas as hipóteses das letras "a" e "b"; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

VI - Outras atividades não incluídas nos itens anteriores: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

a)-até 15 (quinze) dias R\$30,00 (trinta reais); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

b) acima de 15 (quinze) e até 30 (trinta) dias R\$45,00 (quarenta e cinco reais); (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

c) acima de 30 (trinta) dias R\$60,00 (sessenta reais). (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

SEÇÃO IV Lançamento

Art. 81. A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro econômico-social.

Art. 82. O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

- I - alteração da razão social ou do ramo de atividade,
- II - alteração na forma societária.

SEÇÃO V
Arrecadação

Art. 83. A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO IX
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM
HORÁRIO ESPECIAL

Art. 84. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 85. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 86. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 87. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 88. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

CAPÍTULO X
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

Art. 89. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 90. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 91. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 92. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 93. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 94. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

CAPÍTULO XI
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS
SEÇÃO I
Incidência

Art. 95. A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais referentes às obras de construção civil em seu território, bem assim a loteamentos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Parágrafo Único. As obras públicas executadas diretamente ou por empreitada também estão sujeitas à taxa a que se refere o caput. (Redação dada pela Lei Complementar nº 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

SEÇÃO II
Sujeito Passivo

Art. 96. Contribuinte da Taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

Art. 97. A taxa será calculada de acordo com as seguintes unidades de medida e respectivos valores: (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

I - Obras medidas em metro linear R\$0,50 (cinquenta centavos)/m; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

II - Obras medidas em metro quadrado R\$0,75 (setenta e cinco centavos)/m²; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

III - Obras medidas em metro cúbico R\$1,50 (hum real e cinquenta centavos)/m³; (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

IV - Loteamento: - Lote de até 300m² - R\$40,00 (quarenta reais)/lote; - Lote acima de 300m² - R\$80,00 (oitenta reais)/lote. (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

SEÇÃO IV Lançamento

Art. 98. A Taxa será lançada em nome do contribuinte.

§1.º A licença será cancelada no caso da obra não ser iniciada dentro do prazo estabelecido no Alvará.

§2.º A licença, a critério do Executivo, poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte, caso a obra não seja concluída no prazo estabelecido no Alvará.

SEÇÃO V Arrecadação

Art. 99. A Taxa será arrecadada na entrada no requerimento de concessão ou prorrogação da respectiva licença, bem como no de alteração do projeto aprovado.

CAPÍTULO XII TAXA DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Art. 100. A taxa de registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais é devida em razão do exercício do poder de polícia, com amparo nos arts. 23, inciso XI e 145, inciso II, da Constituição Federal e nos arts. 77 e 78, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966), e tem como fato gerador: (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

I - o registro de concessão e sua renovação, independentemente da localização ou operação de instalações; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

II - a localização ou operação de instalações; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

III - o acompanhamento e fiscalização da concessão; da localização de instalações e da operação nas atividades de pesquisa e exploração. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

Parágrafo Único. A ocorrência do fato gerador se dá na data de publicação do contrato de concessão ou sua renovação, no caso do inciso I; na data de localização de instalações, no caso do item II; e em 1.º de janeiro de cada ano subsequente, no caso do inciso III. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

Art. 101. É contribuinte da taxa a que se refere o artigo anterior a pessoa jurídica concessionária do direito de pesquisa e exploração. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

Art. 102. A taxa a que se refere o artigo 100 incidirá anualmente nos seguintes valores relativamente a cada ocorrência e unidade de medida: (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

I - registro ou renovação de registro de contrato de concessão R\$5.000,00 (cinco mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

II - localização ou operação de instalações: - mina a céu aberto R\$10.000,00 (dez mil reais)/unidade; - unidade industrial R\$20.000,00 (vinte mil reais)/unidade; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

III - acompanhamento e fiscalização da concessão; da localização de instalações e da operação nas atividades de pesquisa e exploração: 50% (cinquenta por cento)/ano dos valores fixados nos itens I e II. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

Parágrafo Único. Os valores constantes deste artigo serão corrigidos em 1.º de janeiro de cada ano, a partir do ano de 2005, pela aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E, apurado pela Fundação IBGE e referente aos doze meses imediatamente anteriores. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

Art. 103. O recolhimento da taxa deve ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados das datas de ocorrência dos fatos geradores a que se refere o parágrafo único do artigo 100. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

§1.º O recolhimento efetuado com atraso em relação ao prazo estabelecido no caput fica sujeito aos acréscimos de multa de mora, de juros de mora e de atualização monetária, calculados em conformidade com o estabelecido neste Código, independentemente de lançamento de ofício. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

§2.º Na hipótese de lançamento de ofício, além dos acréscimos mencionados no parágrafo anterior, o recolhimento fica sujeito ao acréscimo de multa por infração de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor da taxa. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

Art. 104. O registro das concessões, bem como a localização de instalações de pesquisa e exploração ocorridas anteriormente à vigência desta Lei Complementar têm como data de ocorrência do fato gerador da taxa o dia 1.º de janeiro de 2004. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 19/2003, de 15 de dezembro de 2003)

CAPÍTULO XIII TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 106. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 107. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 108. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 109. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

Art. 110. (Revogado pela Lei Complementar Nº 013, de 16 de dezembro de 2002).

CAPÍTULO XIV INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

Art. 111. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Cassação de licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão;

II - Multa de 100% do valor da Taxa, no exercício de qualquer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença,

III - Multa de 25% do valor da Taxa no caso de não observância do disposto no art. 82.

Parágrafo Único. O contribuinte da Taxa de Licença para localização e funcionamento estará sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura.

CAPÍTULO XV DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 112. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 113. O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade e conveniência e observadas as normas fixadas no Dec. N.º 195 de 24/02/1967, determinará, em cada caso, mediante decreto, as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

TÍTULO II DAS NORMAS GERAIS CAPÍTULO I SUJEITO PASSIVO

Art. 114. A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Parágrafo Único. A capacidade tributária passiva independe:

I - Da capacidade civil das pessoas naturais,

II - De achar-se a pessoa natural sujeita a que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens ou negócios,

III - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Art. 115. São pessoalmente responsáveis:

I - O adquirente ou remetente pelos débitos relativos a bens imóveis existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data da abertura da sucessão.

Art. 116. A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual.

Art. 117. Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa jurídica imune, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano respondendo por elas o alienante, ressalvado o disposto na alínea e do art. 26.

Art. 118. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributados;
- II - subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 119. Respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

- I - Os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;
- II - Os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;
- III - Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;
- IV - O inventariante, pelos débitos dos espólio;
- V - O síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário;
- VI - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados, por eles ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII - Os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, às de caráter moratório.

Art. 120. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

- I - As pessoas referidas no artigo anterior;
- II - Os mandatários, os prepostos e empregados;
- III - Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO II LANÇAMENTO

Art. 121. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 122. O lançamento reportar-se-á à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então em vigor, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§1.º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§2.º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 123. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§1.º Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§2.º A notificação far-se-á por edital na impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 124. A notificação de lançamento conterá:

- I - O nome do sujeito passivo;
- II - O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- III - A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- IV - O prazo para recolhimento do tributo;
- V - O comprovante para o órgão fiscal de recebimento pelo contribuinte;
- VI - O domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 125. O lançamento do tributo independe:

- I - Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II - Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 126. O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse de bem imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 127. Enquanto não extinto o direito da Fazenda pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

CAPÍTULO III DA ARRECADAÇÃO

Art. 128. O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§1.º será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitadas as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância pelo sacado.

§2.º Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previsto em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art. 129. O contribuinte que optar pelo pagamento do tributo em quota única gozará do desconto de 10%.

Art. 130. O débito vencido poderá ser extinto mediante parcelamento concedido pela administração com o acréscimo de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês. *(Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)*

Art. 131. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - Quanto parcial, das prestações em que se decompõe;

II - Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros tributos.

Art. 132. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de Impostos e Taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art. 133. A aplicação de penalidade não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 134. A falta de pagamento do tributo nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto, dos seguintes acréscimos:

I - Multas de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II - Juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerado mês qualquer fração e calculados sobre a soma do principal com a multa.

III - Correção monetária do débito, mediante a aplicação dos coeficientes de atualização aprovados pela Administração Federal, sobre a soma do principal com a multa.

Parágrafo Único. Na existência de depósito administrativo premonitório da correção monetária, o acréscimo previsto no inciso III deste artigo será exigido apenas sobre o valor da importância não coberta pelo depósito.

Art. 135. O tributo não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo anterior, se constituirá em Dívida Ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

Art. 136. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo Único. A prescrição se interrompe:

- I - Pela citação feita ao devedor;
- II - Pelo protesto judicial;
- III - Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - Por qualquer ato inequívoco, ainda que extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

Art. 137. O débito vencido poderá, na forma disposta em Decreto, ser parcelado em até 10 pagamentos iguais, mensais e sucessivos.

§1.º O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

§2.º O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo imposta na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

CAPÍTULO IV RESTITUIÇÃO

Art. 138. O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo, nos seguinte casos:

- I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II - Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do tributo ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III - Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

Art. 139. O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido desde que juntada notificação da Prefeitura que acuse crédito do contribuinte ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Art. 140. A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 141. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiverem sido recolhidas, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§1.º A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§2.º Será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

Art. 142. O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de um ano, contado da data do requerimento da parte interessada.

Art. 143. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação com crédito tributário do sujeito passivo.

Art. 144. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 138, da data da extinção do crédito tributário;

II - Na hipótese do inciso III do artigo 138, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

CAPÍTULO V INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 145. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo Único. A responsabilidade por infrações da legislação tributária, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 146. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

Art. 147. O contribuinte, o responsável ou demais pessoas envolvidas em infrações poderão apresentar denúncia espontânea de infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§1.º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§2.º A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 148. A lei tributária que define infração ou comine penalidade aplicar-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

I - Exclua a definição do fato como infração;

II - Comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

CAPÍTULO VI IMUNIDADE E ISENÇÕES

Art. 149. É vedado ao Município instituir imposto sobre:

I - O patrimônio ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II - Os templos de qualquer culto.

III - O patrimônio ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social.

§1.º O disposto no inciso I é extensivo às autarquias no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incida sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Art. 150. O disposto no inciso III do artigo anterior é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - Aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo Único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício.

Art. 151. A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo abrange também a prática do ato, previsto em lei, assecuratório do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 152. A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em forte razões de ordem pública ou de interesse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei.

Art. 153. A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 154. A documentação do primeiro pedido de reconhecimento da imunidade prevista no inciso III do art. 149 ou de isenção, que comprove os requisitos para a concessão do benefício poderá servir para os exercícios fiscais subseqüentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

CAPÍTULO VII REMISSÃO

Art. 155. Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, a remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - À situação econômica do sujeito passivo;

II - Ao erro ou ignorância do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - À diminuta importância do crédito tributário;

IV - À considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;

V - À condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo Único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer às condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.

TÍTULO III DO PROCEDIMENTO FISCAL CAPÍTULO I PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 156. O procedimento fiscal terá início com:

I - A lavratura do auto de infração;

II - A lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;

III - A impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Art. 157. Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração.

Art. 158. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I - O local, a data e a hora da lavratura;

II - O nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;

III - A descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV - A capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidades;

V - A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;

VI - A assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

VII - A assinatura do autuado ou infrator ou a menção da circunstância de que não pode ou se recusou a assinar.

§1.º A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§2.º A omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando do processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art. 159. O processo do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, bem como os documentos, informações e pareceres.

Art. 160. O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:

I - Pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura recibo datado no original;

II - Por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III - Por publicação em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improficuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 161. Conformando-se o autuado com o auto de infração e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 162. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 163. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficaram depositados e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Parágrafo Único. O autuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art. 164. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Art. 165. O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§1.º A impugnação da exigência fiscal mencionará:

- a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- b) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
- c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- d) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
- e) o objetivo visado. § 2.º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Art. 166. A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único. Julgada improcedente a impugnação, arcará com as custas o sujeito passivo.

Art. 167. Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

§1.º Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

§2.º O impugnador será notificado do despacho mediante assinatura do próprio processo, por via postal registrada ou por edital quando se encontrar em local incerto e não sabido.

Art. 168. Na hipótese de auto de infração, conformando-se o atuado com o despacho da autoridade administrativa denegatório da impugnação e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto moratória, será reduzido de 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento tributário arquivado.

CAPÍTULO II SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 169. Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para Instância Administrativa Superior.

Parágrafo Único. O recurso terá efeito suspensivo de cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do despacho d primeira instância.

Art. 170. Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo ou o atuado do pagamento do tributo ou de multa de valor originário superior a 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade de Referência mencionada no artigo 202, seu prolator recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho.

Art. 171. A decisão, na Instância Administrativa Superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para primeira instância.

Parágrafo Único. Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

Art. 172. A instância administrativa superior será constituída na forma que a lei determinar.

Art. 173. Da decisão de Instância Administrativa Superior caberá pedido de reconsideração ao Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 174. São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 175. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

Art. 176. Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidade impugnados ficam acrescidos de multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimento, quando cabíveis.

§1.º O sujeito passivo ou o autuado poderão evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetuem o pagamento do débito exigido ou o depósito premonitório da correção monetária.

§2.º Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I FISCALIZAÇÃO

Art. 177. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 178. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas à obrigação tributária, inclusive nos casos de imunidade e isenção.

Art. 179. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I - Exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar se comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;

II - Apreender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares.

Art. 180. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultado à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 181. O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 182. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - Os tabeliães, escritvãs, e demais serventuários de ofício;

II - Os bancos, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - As empresas de administração de bens;

IV - Os corretores, leiloeiro e despachantes oficiais;

V - Os inventariantes;

VI - Os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo Único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 183. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§1.º Excetua-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre a União, Estado e outros Municípios.

§2.º A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

Art. 184. As autoridade da Administração Fiscal do Município, através do Prefeito, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPÍTULO II CONSULTA

Art. 185. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência a normas estabelecidas.

Art. 186. A consulta será dirigida a autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 187. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único. Os efeitos previsto neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 188. Na hipótese de mudança da orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Art. 189. A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

Art. 190. Respondida a consulta, será notificado para, no prazo de 30 dias, das cumprimento a eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Parágrafo Único. O consulente poderá evitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento ou o depósito premonitório de correção monetária, importâncias que, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art. 191. A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPÍTULO III DÍVIDA ATIVA

Art. 192. A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na dívida ativa os contribuintes inadimplente com as obrigações tributária.

Art. 193. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pelo regulamento ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo Único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 194. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - O nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposições da lei em que seja fundado;

IV - A data em que foi inscrita;

V - Sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo Único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 195. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativos são causas de nulidade da inscrição e do processo da cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição de certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CAPÍTULO IV CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 196. A pedido do contribuinte será fornecida certidão negativa dos tributos Municipais, pelo prazo de validade de 90 dias, nos termos do requerido. (Alteração dada pela Lei Complementar n° 041/2011 de 19 de abril de 2011).

Art. 197. Terá os mesmo efeitos da certidão negativa a que ressaltar a existência de crédito não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 198. A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 199. O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal. (Alteração dada pela Lei Complementar n° 041/2011 de 19 de abril de 2011).

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 200. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§1.º Os prazos serão contínuos, excluído, no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento;

§2.º Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil.

Art. 201. Consideram-se integradas à presente Lei as Tabelas dos Anexos que a acompanham.

Art. 202. Os valores das tabelas e limites constantes dos artigos 14, 35, 59, 80 e 97, adotados pela presente Lei Complementar, serão atualizados em 1.º de janeiro de cada ano através da aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E, apurado pela Fundação IBGE nos doze meses imediatamente anteriores. (Redação dada pela Lei Complementar n° 013/2002 de 16 de dezembro de 2002)

Art. 203. O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja natureza não caracterize a cobrança de Taxas.

Art. 204. Esta lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1979, revogando-se as disposições em contrário.

ARNAUD MACÊDO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARELHAS

GABINETE DO PREFEITO

PALÁCIO SEVERINO DA SILVA OLIVEIRA - AV. MAURO MEDEIROS, 97, CENTRO.
CEP: 59.360-000 - PARELHAS - RN
TELEFONE: (84) 3471 2522 - RAMAL 222
E-MAIL: prefeituradeparelhas@bol.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 060/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Atualiza os Artigos referentes ao Imposto Sobre Serviços, nos termos da Lei Complementar Federal nº 157/2016, onde autoriza a cobrança do ISS no Município de Parelhas, assim como outros benefícios Fiscais para esta municipalidade.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 609, de 26 de novembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, bem como dos incisos XXI a XXIII, acrescidos pela presente lei, quando o imposto será devido no local:

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 do art. 27;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 do art. 27;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 do art. 27.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput** ou no § 1º, ambos do art. 29 desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado”.

“Art. 31 – O Município, mediante lei, poderá atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARELHAS

GABINETE DO PREFEITO

PALÁCIO SEVERINO DA SILVA OLIVEIRA - AV. MAURO MEDEIROS, 97, CENTRO.
CEP: 59.360-000 - PARELHAS - RN
TELEFONE: (84) 3471 2522 - RAMAL 222
E-MAIL: prefeituradeparelhas@bol.com.br

§ 1º (...)

§ 2º (...)

I (...)

II - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3, 5, 7.2, 7.4, 7.5, 7.9, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.2, 17.5, 17.10 do art. 27, ainda que imune ou isenta.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 do art. 27, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 do art. 27, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 21 de novembro de 2017.

NAZILDA MARIA TAVARES DA SILVA
Prefeita em Exercício